

“VIVA O POVO BRASILEIRO” COM UM OLHAR DE GÊNERO

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes¹

“VIVA O POVO BRASILEIRO” WITH A LOOK OF GENDER

Resumo: A premissa básica na qual se fundamenta o estudo feito da obra de João Ubaldo Ribeiro consiste em se reafirmar que o ser mulher bem como o ser homem são constructos apreendidos socialmente. A despeito das inúmeras disjunções temporais e espaciais, depreende-se do texto de *Viva o Povo Brasileiro* uma série de características marcadoras do aprendizado das feminilidades e masculinidades, que não apenas retratam a mulher e o homem no decorrer da construção da nação brasileira até a contemporaneidade no Brasil como no mundo, pelo menos ocidental. Desde os primórdios da cultura brasileira, a menina tem aprendido que ser mulher é saber cuidar de crianças, cozinhar, lavar, passar, cuidar da casa e do marido; ser mulher é adotar a postura do servir, do submeter-se, do obedecer ao pai, irmão, companheiro, etc.; é também ser dependente, passiva, dócil, carinhosa, gentil, paciente, emotiva, agradável e mais uma série interminável de ‘atributos’ tidos como femininos. O menino, por outro lado, aprende que ser homem é ter sob seu comando as experiências dos outros, especialmente das mulheres, é poder tomar decisões por todo um grupamento social como a família, é ser ativo, viril, corajoso, intransigente, forte, etc. Entretanto, associados à permanência de estereótipos distintos que atravessam a história da humanidade, com um ‘olhar de gênero’ vislumbra-se também em *Viva o Povo Brasileiro* a existência de rupturas em alguns papéis de gênero femininos e masculinos historicamente construídos, sem que, contudo, tenham sido traduzidas ao longo do tempo em mudanças significativas nas relações de poder entre homens e mulheres.

Palavras-chaves: Identidades. Papéis de gênero. Relações de gênero.

Abstract: The basic premise on which is based the study made of the work of João Ubaldo Ribeiro consists if to reaffirm that the being a woman and being a man are genetics constructs carrying seized socially. Despite numerous spatial and temporal disjunctions, it appears from the text of *Viva o Povo Brasileiro* a series of marker characteristics of masculinities and femininities learning, which not only depict the woman and the man in the course of construction of the Brazilian nation until the contemporaneity in Brazil as in the western world, at least. Since the beginnings of the Brazilian culture, the girl has learned that being a woman you know take care of children, cooking, washing, ironing, take care of the House and husband; being a woman is to adopt a posture of serve, submit, obey the father, brother, roommate, etc. It is also be passive, dependent, docile, loving, gentle, patient, emotive, enjoyable and more an endless series of 'attributes' regarded as feminine. The boy, on the other hand, learns that being a man is to have under his command the experiences of others, particularly of women, is to be able to take decisions by an entire social group like family, is being active, manly, courageous, resolute, strong, etc. However, associated with the permanence of distinct stereotypes through the history of humanity, with a 'gender' look there is also in *Viva o Povo Brasileiro* the existence of disruptions in some female and male gender roles historically constructed, without, however, having been translated over time on significant changes in power relations between men and women.

¹

Doutora e mestre em educação. Professora Titular da UNIFACS. Membro do Conselho Deliberativo da SBRASH. e-mail: tcrispf@uol.com.br

Keywords: Identities. Gender roles. Gender relations.

A construção social dos gêneros, dentre outros, é um dos conceitos que se pode reafirmar, a partir de uma análise de gênero, da leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro (1984) – *Viva o Povo Brasileiro*.

Como se tem afirmado ao longo de pelo menos três décadas em diferentes contextos das Ciências Humanas, a aprendizagem do ser homem e do ser mulher configura-se como identidade de gênero, componente do processo de construção da identidade da pessoa que começa a ser estruturada após o nascimento, num processo simbiótico com as figuras parentais, em interação com o meio, até expressar-se como individualidade em atitudes e sentimentos sobre o eu.

Money e Tucker (1981), pioneiros em estudos nesta área, consideravam a identidade de gênero como identidade sexual, ou o senso de si mesmo como homem ou como mulher ou ambivalente. Entretanto, devido à diferença entre os conceitos de sexo e gênero, opta-se pela terminologia identidade de gênero, gênero entendido a partir da teorização de Scott (1991) como um elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, ou nas diferenças percebidas entre os sexos. Associado a esse constructo tem-se o de papel de gênero que vem a ser a expressão pública da identidade ou o conjunto de condutas esperadas de homens e de mulheres associadas à sexualidade e socialmente exigidas do indivíduo de acordo com o seu gênero. Dessa forma, o conceito de gênero encontra-se imbricado nos conceitos de identidade, de papel e no de relações entre os sexos / gêneros.

Dada a natureza social do conceito de gênero, a identidade e o papel estão afinados aos estereótipos culturais dos sexos, fundamentados nas diferenças genitais femininas e masculinas que as transcendem. Entretanto, entre estes dois modelos ou pólos, há uma infinidade de conjugações de níveis e intensidade de pessoas, que extrapolam os espaços definidos pela sociedade para serem ocupados pelas mulheres e pelos homens (FAGUNDES, 2001a e 2001b).

Para Butler (2006), gênero é performativo; não expressa uma essência interior de quem somos, mas é constituído por um ritualizado jogo de práticas que produzem o efeito de uma essência interior. O gênero é vivido como uma interpretação, ou um jogo de interpretações do corpo, que não se restringe a dois, e isso, reconhecemos, trata-se de uma mutável e histórica instituição social,

No que diz respeito à linguagem, o gênero é percebido como efeito da dominação simbólica, não expressa na lógica consciente, mas de modo subjacente, nas práticas e categorias

dicotômicas para homens e mulheres: forte-fraco, alto-baixo, claro-escuro, visível-invisível, aparente-recôndito, poderoso-submisso. Estas categorias se sustentam mutuamente e, embora concordantes, são suficientemente divergentes para conferir valores a cada uma delas. Como afirma Bourdieu (1995, p.142-143):

Cada vez que um dominado emprega para se julgar uma das categorias constitutivas da taxonomia dominante (por exemplo: brilhante / esforçado, distinto / vulgar, único / comum, etc,) ele aplica a si mesmo, sem o saber, o ponto de vista dominante, adotando, de algum modo, para se avaliar, a lógica do preconceito desfavorável.

Nesta ótica, a mulher introjeta a condição feminina impregnada de sentidos de oposição na inferioridade e que envolvem a negação do masculino como sendo feminino, enquanto que o homem introjeta o masculino como sinônimo de superioridade e poder.

Embora o gênero não esteja para a cultura como o sexo está para a natureza, gênero pode ser definido também como o modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo dos indivíduos se situarem na sociedade como homens ou como mulheres, e, através dessas normas, um estilo ativo de viver o corpo com uma noção rígida de que o corpo do homem é incisivamente diferente do corpo da mulher. Como afirmam Cornell e Thurschwell (1990, p. 171) “[...] a rígida separação de gêneros representa uma ofuscação ideológica daquilo que partilhamos. Dividir-nos contra é limitar potenciais da expressão humana”.

As organizações binárias, principalmente as baseadas em polaridades de gênero, são efetuadas por uma forma de poder produtiva e estratégica; a subversão desta polaridade não se dá, necessariamente, pela sua superação, mas pelo reconhecimento de múltiplas formas de ser entre os pólos.

A menina sempre aprendeu, na família, que a mulher deveria saber cuidar de crianças, cozinhar, lavar, passar, cuidar da casa e do marido, adotar a postura do servir, do submeter-se, do obedecer ao pai, irmão, companheiro, etc. Aprendeu a ser dependente, passiva, dócil, carinhosa, gentil, paciente, emotiva, agradável, e mais uma série interminável de ‘atributos’ tidos como femininos. O menino, por outro lado, aprendeu o homem deveria ter sob seu comando as experiências dos outros, especialmente das mulheres, tomar decisões por todo um grupamento social como a família, ser ativo, viril, corajoso, intransigente, etc.

Assim, construindo a diferença entre homens e mulheres e entre o feminino e o masculino, a história de meninos e meninas segue caminhos diferentes que se cruzam, determinados pelo meio e pela cultura, que apresenta peculiaridades que variam no tempo e no espaço (FAGUNDES, 2001a).

A despeito das inúmeras disjunções temporais e espaciais, a análise do texto de João Ubaldo Ribeiro (1984) permite identificar-se características marcadoras do aprendizado de feminilidades e masculinidades, como será exemplificado a seguir.

Num episódio ocorrido segundo ele, no ano de 1647 (RIBEIRO, 1984, p. 39) há uma clara alusão ao processo de aprendizagem do ser homem e do ser mulher:

De manhã, assim que o sol raiava, punham as mulheres em fila para que fossem à doutrina. Depois da doutrina das mulheres, que então eram arrebanhadas para aprender a tecer e fiar para fazer os panos com que agora enrolavam os corpos, seguia-se a doutrina dos homens, sabendo-se que mulheres e homens precisam de doutrinas diferentes.

O ensinamento dos papéis de gênero compreendia uma verdadeira doutrinação, que incluía, também as noções do Bem e do Mal, cujas diferenças são seriam compreendidas (pelos habitantes da fictícia Redenção) se fossem explicadas abstratamente.

E mais uma vez se destaca a imposição de comportamentos conforme a tradição do povo (RIBEIRO, 1984, p. 40)

[...] Mulher má não quer ir à doutrina, quer andar nua, não quer que o padre pegue na cabeça do filho e lhe besunte a testa de banha esverdeada dizendo palavras que podem endoidecer a criança. Feio feio, mulher má. Mulheres boas não falam com mulher má, mulher má fica sozinha [...] parece maluca. Cada vez mais maluca, castigo do céu [...] homens maus também se desmascaram [...] fica cada vez mais sozinho, bebe aguardente, ninguém conversa com ele, homem mau sempre pior [...] morre afogado e bêbado, vai para um lugar onde o fogo queima sem cessar [...]

A atribuição de lugares diferenciados para homens e mulheres aparece, também, quando um personagem de destaque viajava. Relata Ribeiro (1984, p. 62) que em 1827:

Já a bordo do vapor, Perilo Ambrósio notou com satisfação que as mulheres estavam acomodadas no tombadilho à popa, sentadas em suas poltronas de vime e fazendo as negrinhas correr para lá e para cá, ocupando-se de tarefas inúteis. Muito bem, assim é que deve ser, que lá fiquem, que lá ninguém as irá incomodar, nem cá venham elas incomodar.

Mas a narrativa do autor valoriza a sabedoria feminina através da personagem Dadinha a quem todos respeitavam e que, segundo ele, viveu cem anos, (10 de junho de 1721 a 10 de junho de 1821). Segundo Ribeiro (1984, p. 76), eis uma fala representativa dessa representação:

Danda é. Prestenção nas santidades; todos os santos, muntcho bem, muntcho bem, Santo Antônio, a Santa da Conceição, muntcho bem, mas se valha mais do santo de sua cor [...] Deus te livre das vista que mal te olhou, com dois te botaram, com três eu tiro, com os poderes de Deus, da Vilge Maria e de Zesus de Najaré, seu filho concebido sem mágoa e sem pecado. Se foi na cabeça, São João Batista, se foi nos olhos, Santa Luzia, se foi nos dentes, Santa Polônia, se foi no corpo, as três pessoas da Santíssima Trindade [...]

João Ubaldo faz, também, referência à personagem Vu, avó de Dadinha, filha mais velha do Caboclo Capiroba, que dominava sexualmente um homem branco, holandês, prisioneiro de seu pai (RIBEIRO, 1984, p.53).

Prevalece, contudo, a problemática de gênero atravessada por duas outras variáveis – classe social e raça – como acontece até os tempos atuais (RIBEIRO, 1984, p. 97 e 373):

Dos filhos dele, mais de vinte, mais de sabe-se lá quantos, nunca, assim ou assado, tinha ficado um por ali. Mesmo ficando, não era dele, era do senhor [...] [...] esse pai negro fumbambento dá a mão à filha e conversam longas prosas, em que o pai se mostra mais sabido e mais qualquer coisa boa que os outros, sendo isso necessário para todo pai e muito mais para o pai que é escravo e, portanto, precisa de todo pedaço de orgulho que possa catar.

[...] nós somos o povo desta terra, o povinho. É isso que nós somos, o povinho [...] E povinho não é nada, povinho não é coisa nenhuma, me diz onde é que tu já viu povo ter importância? Ainda mais, preto?

Referências ao “pai fumbambento” que se mostra “mais sabido e mais qualquer coisa boa que os outros” somadas à consciência afirmativa de serem “o povo desta terra” nos remetem à confirmação da teoria de que o gênero e a classe social estruturam as expectativas e conformam a ação social. Como analisa Motta (1999, p.193):

A vida social é estruturada em conjuntos de relações que, em interface, ou articuladas dinamicamente, lhe dão sentido (ou ensejam ao analista entrever um sentido...). Os mais determinantes desses sistemas de relações são as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias. Cada conjunto desses constitui-se, então, numa dimensão básica da vida social, mas nenhum deles, analisado isoladamente, dá conta da sua complexidade. Inclusive porque são aspectos co-extensivos, isto é, “recobrem-se parcialmente uma à outra”. Essas dimensões realizam-se no cotidiano e na História e podem ser também definidas como categorias relacionais ou da experiência. Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias, porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstroem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isto significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes.

As identidades e subjetividades do sujeito se imbricam e são imbricadas umas nas outras. A identidade de gênero, perpassada pela construção da identidade pessoal, comporta, segundo Silva (2005), os conceitos de identidade (aquilo que se é), de diferença (aquilo que não se é) e o de diversidade (que significa variedade, pluralidade, convivência de características, idéias e/ou elementos diferentes).

Nesse contexto a atribuição de um nome é parte da construção da identidade da pessoa. Em *Viva o Povo Brasileiro* (RIBEIRO, 1984, p. 94-95) encontra-se uma referência que ilustra o tratamento diferenciado da família na atribuição do nome quando nascia filha mulher:

Quando Vevé vinha nascendo [...] Dadinha chegou [...] e ainda ajudou as outras a amarrar o umbigo e enterrar as secundinas conforme todos os preceitos [...] O nome que vão botar nela eu não sei, quando é mulher eles não escolhem muito, nem marcam a ferro, nem nada – disse Dadinha pondo a mão nos quartos, como anunciava sempre seus discursos. [...] Bom, não sei o nome branco dela, o daqui eu já sei qual é. Vou dizer: é Daê. Daê. Também pode ser Naê. E vai se criar, se vê, se vê bem.

Vevé era filha de Turíbio Cafubá (filho de Dadinha) com Roxinha, esta, como tantas mulheres, que “trabalhou na beira do fogão até a hora do parto” (RIBEIRO, 1984, p. 93). Mulher escrava, negra, conformada. Conformismo percebido como um ‘traço’ manifestado por várias mulheres na obra de João Ubaldo, que se constitui numa verdadeira releitura da história do Brasil. Os episódios compreendem mais de três séculos da evolução do país, particularmente da Bahia. Entretanto, estereótipos de gênero perpassam essa história.

A mãe do personagem Amleto, a certa altura, precisa lembrar-lhe dessa condição, repreendendo-o (RIBEIRO, 1984, p. 236):

*- Chamas-me de D. Jesuína [...] e sou tua mãe.
Amleto (nascido branco) estacou, revirou os olhos, levantou as mãos abertas, bateu os pés no soalho. Alguém havia esquecido disso?*

Isto porque Amleto, de cor branca, escondia do povo a condição de ser filho de negra, levando apenas o nome do pai, inglês branco – Ferreira Dutton. Neste ponto, em que fica evidente mais uma forma de opressão das mulheres, é importante demarcar o conceito de interseccionalidade que, segundo Crenshaw (2002), busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, em que o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe dentre outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes, entre outras categorias. Segundo a autora, as mulheres negras muitas vezes estão posicionadas em um lugar, uma espécie de esquina, onde o racismo ou a xenofobia, os preconceitos de classe e de gênero se encontram, constituindo-se então em um alvo preferencial de toda a sorte de opressão.

Continuando a análise, no texto que se segue pode-se evidenciar a exaltação à sabedoria masculina e a marca negativa do corpo feminino (RIBEIRO, 1984, p. 128):

Aprendeu quase todo o beabá em quatro ou cinco dias, dormiu com a professora, que era parda e velha, quase não ouvia, se amasiou com ela, conquistou casa, comida e roupa lavada [...]

Como se analisou em outra oportunidade (FAGUNDES, 2001a, p. 37):

O corpo feminino e a conduta das mulheres encarnam as questões cruciais do ser humano no seu sentido biológico – vida e morte. As mulheres engravidam e parem seus filhos - geram vida; também se associam à idéia de morte na medida em que assumem até os rituais funerários de seu grupo social. Desta maneira, por serem tão próximas da natureza, lembram incessantemente aos homens a sua fragilidade e finitude, levando-os a reagir, muitas vezes a esta desmistificação da sua transcendência, saber e poder, de modo violento.

Neste sentido, ficam muito claras as limitações associadas às mulheres quanto aos atributos da cognição, do conhecimento, da razão. Seriam seres tão profundamente arraigados às coisas do corpo – nascimento e morte, alimentação, cuidado das crianças e dos velhos – que dificilmente teriam condições de agir com a razão, ou possuir os atributos necessários à investigação e compreensão do mundo. Paradoxalmente, no entanto, esta forte ligação com o corpo lhes conferiria certo tipo de poder, que ameaçaria os homens.

A atração do homem pelo corpo feminino aparece nas seguintes falas elaboradas por Ribeiro (1984, p. 185 e 394):

Pois de que se gosta numa mulher? Difícil dizer, há os que gostam das de cabelo mais comprido como o das índias, outros de umas que tem os quartos grandes, [...] outros de umas que são caladinhas e encafifadas [...] outros de umas que somente obedecem, e por aí vai [...]

Eu gosto duma nega gorda! [...] o homem precisa de carne numa mulher [...]

Tais relatos remetem a Butler (2003, p.30) para quem “Mesmo tomados em sua variedade, os discursos constituem modalidades da linguagem falocêntrica”. Além de precisar do corpo da mulher, o homem constrói o estereótipo de que há modos especiais de comportamento dela esperados ao referir-se a uma menina que “[...] *com seus modos travessos na intimidade e o comportamento público de uma lady, era na verdade a companheira ideal para um homem como ele*” (RIBEIRO, 1984, p. 471).

Há diferenciação, portanto, dos modos de comportamento esperados de uma ‘dama’ e estranheza diante da ambigüidade apresentada por uma jovem que, no mundo público, agia como uma ‘lady’ e na esfera privada seus modos travessos’ eram contraditórios.

Também como analisou Saffioti (1976), a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo.

Naquela época e na atualidade em algumas situações, das mulheres espera(va)-se, ainda, a submissão, subserviência, obscuridade e ignorância. Quando uma mulher através de uma fala ou de uma atitude inteligente representava algo ameaçador do ‘mundo masculino’, uma reprimenda não tardava: “*Deixe de ser inteligente, as mulheres não podem ser inteligentes, ficam perigosas demais*” (RIBEIRO, 1984. p.576). Neste sentido, vale ressaltar a máxima de Francis Bacon (1999): Saber é poder.

Também para Adorno e Horkheimer (1985), o saber/esclarecimento promove o desencantamento do mundo/natureza, substituindo o modo de pensar fundamentado em mitos ou mantendo-os, resgatando as suas bases para explicar os fenômenos da natureza. O saber contribui para livrar os homens do medo e torná-los senhores, daí a considerar-se que a superioridade do homem reside no saber.

A falsa argumentação de não ser capaz de pensar como os homens, de não possuir o saber permitido aos homens, de estar ao lado da emoção e não da razão, vem a se constituir uma indelével marca no processo de configuração da identidade feminina.

Já afirmava Kant (1985, p.100) sobre o saber:

[...] o esclarecimento é a saída do homem de sua mediocridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo.

Nesta ótica, o esclarecimento liberta o ser humano quando o promove a uma situação de maioridade, que se concretiza pelo uso da razão, do pensar por si mesmo e do saber; conferindo-lhe o poder no sentido dele ser senhor de seu destino. Este poder, segundo os princípios ascéticos que inspiram os pressupostos filosóficos de Kant (1985) - dominância da razão sobre a paixão e da verdade pura sobre a existência temporal - só é alcançado com a separação entre corpo e razão. Como às mulheres sempre se associa a natureza corporal sua identidade e sua imanência, a elas, historicamente foi negada a possibilidade de atingir a maioridade. Assim, no seio da família o persistente poder desses compromissos ascéticos reforça o pressuposto de que, em função da razão, os homens devem exercer sua superioridade sobre as mulheres. Ao homem só é negado esse poder se ele for tomado pelo medo ou pela preguiça. Em contraposição, as mulheres situam-se na condição de tuteladas, numa eterna menoridade, sendo incapazes de gerir a sua própria vida, como se este estado de coisas fosse inerente à sua natureza, à sua essência. (Schott, 1996).

Mas a sabedoria associada à idade permite, por vezes, a supremacia do desejo feminino sobre o masculino (RIBEIRO, 1984, p. 273):

[...] no dia que eu botei bem o olho naquelas perninhas grossas apertadas nos calções do irmão mais velho, naquela bundinha empinadinha, naquela cara de bacorinho necessitado de conchego, naquele jeito de pintinho querendo asa em riba, não conversei fui a ele e falei com ele [...] eu fui levando ele para dentro, fui levando, sentei, tirei a roupinha dele e me usufruí, gostei bastante.

Obviamente a esse texto se relaciona a questão da iniciação sexual de jovens meninos, que ao longo da história, esteve associada à experiência de uma mulher mais velha.

A situação, na contemporaneidade, se modificou, na maioria das sociedades. Adolescentes meninas e meninos têm a primeira relação sexual entre si, e não mais ‘por encomenda’. O entendimento de si e do outro, a ampliação do conhecimento do mundo vem se tornando mais acessível à maior parte dos jovens e esses fatos tem conduzido à libertação do jugo masculino (pai, irmão, companheiro) e à tomada de decisões quanto a forma de ver e sentir seus corpos, seus gêneros, suas sexualidades.

Côncias de seus desejos e possibilidades de viver prazerosamente, mulheres insurgem e questionam:

E porque sou mulher, estou obrigada a aceitar passivamente tudo o que os homens me impõem e a não lutar para conquistar o que desejo? (RIBEIRO, 1984, p. 531):

[...] não interessa a sua identidade, pois que sua identidade é uma coisa que só vale para o senhor, para nós o senhor não tem identidade, tem a mesma identidade que os outros que vieram em sua companhia. (RIBEIRO, 1984, p. 561)

Essa fala feminina sobre a determinação dos sujeitos prenuncia a análise de Butler (2003, p.209) para quem “O sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado.” As identidades podem parecer substantivos inertes, mas não o são. Como analisa Silva (2001), não são essências fixas, estáveis, coerentes, homogêneas, unificadas... estão em permanente construção, produção, evolução.

Assim sendo, a ordem de ser de um dado gênero ocorre por caminhos discursivos, que podem se reposicionar, se modificar, se reconfigurar. Tais mudanças, que cursam com a evolução, se concretizam, ainda que de forma tênue, com indícios, no passado, de luta, de rebeldia e imposição, enfim de uma consciência de gênero manifestada por personagem feminina. Como admite uma personagem de Ribeiro (1984, p.525):

As mulheres um dia se libertarão desse destino que torna feia para elas a menção de sua própria condição. O homem pode dizer que é homem, a mulher não pode dizer que é mulher?

Não, não, o espírito feminino mostrará um dia o que vale, disso tenho certeza. (RIBEIRO, 1984, p. 525).

Isso posto, depreende-se que a especificidade feminina possa ser contextualizada, analítica e politicamente associada à constituição das múltiplas identidades do sujeito – de classe, raça etnia e outras que se expressam ao longo da história como relações de poder que, assim como as identidades e subjetividades, estão em permanente construção, produção, evolução.

É evidente que este texto não pretende esgotar as possibilidades de análise de um dos mais marcantes livros da obra de João Ubaldo Ribeiro a partir de um olhar de gênero; preferimos admitir como uma provocação e um convite para o aprofundamento desta perspectiva, em um material extremamente rico de referências aos estereótipos que sempre marcaram a história das mulheres em diferentes culturas, especialmente na cultura brasileira, ainda insuficientemente explorada numa perspectiva de gênero.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Mx. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BACON, F. **Novum Organum** ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo: Nova Cultural. 1999.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 20 (2), p. 133-184, jul./dez. 1995.

CORNELL, D., THURSCHELL, A. Feminismo, negatividade, intersubjetividade. In : BEN-HABIB, Sheyla. CORNELL, Drucilla (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990. p.155-174.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, 2002, p.171-188.

FAGUNDES, T. C. P. C. **Pedagogia** – escolha marcada pelo gênero. 2001a. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

_____. Educação e construção da identidade de gênero. In: FAGUNDES, T.C.P.C. (Org). **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBA – Pró-Reitoria de Extensão, 2001b. p. 13-17.(Série UFBA em Campo: Estudos).

KANT, I. **Resposta à pergunta**: que é Esclarecimento? («Aufklärung»). In: _____. Inmanuel Kant- Textos Seletos. (edição bilingüe). Petrópolis: Vozes, 1985. p.100-117.

MONEY, J.; TUCKER, P. **Os papéis sexuais**. São Paulo: Brasiliense. 1981.

MOTTA, A. B. da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento.

Cadernos Pagu (13) 1999: p.191-221. Disponível em:

<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/n13a07.pdf> . Acessado em 21 de fevereiro de 2012.

RIBEIRO, J. U. **Viva o Povo Brasileiro**: romance. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SCHOTT, R. M. **Eros e os processos cognitivos**: uma crítica da objetividade em filosofia. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.